

§ 6º Os quadros semanais e mensais das despesas e estado dos créditos.

§ 7º Os contratos.

§ 8º As indenizações.

Art. 8º A sexta Seção do arquivo compreende:

§ 1º A guarda, classificação e arrumação dos livros e papéis findos ou prejudicados.

§ 2º A biblioteca.

§ 3º O extrato dos jornais do Império.”

Início do período: 16/2/1861 ▪ Fim do período: 30/10/1891

Referência legal: Decreto n. 2.750, de 16 de fevereiro de 1861

“Art. 2º As seções criadas pelo Decreto n. 2.350, de 5 de Fevereiro de 1859 ficam reduzidas a quatro, a saber:

§ 1º A 1ª ou Central, sob a direção imediata do diretor geral, a qual, além dos negócios que lhe foram encarregados pelo citado Decreto, menos o Monte Pio dos Servidores do Estado, compreenderá a organização dos mapas semanais e mensais, e o arquivo.

§ 2º A 2ª ou de Justiça e Ofícios de Justiça, compreendendo as matérias que lhe foram designadas, menos os mapas semanais e mensais.

§ 3º A 3ª ou de Polícia e Força Pública, como a organizou o Decreto referido, menos a iluminação pública, os telégrafos e o serviço de extinção dos incêndios.

§ 4º A 4ª ou de Orçamento e Contabilidade com as mesmas incumbências que já tem.”

Observações

1. O decreto de 3 de julho de 1822 confirmou a lei de 23 de agosto de 1821, que criou a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, cujas competências pertenciam antes à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Para efeito deste trabalho, consideramos a data de 23 de agosto de 1821 como de criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça.

2. O decreto de 28 de novembro de 1825 cria quatro cargos de correio a cavalo para cada uma das secretarias de Estado e três para o Gabinete Imperial, mas não localizamos qualquer ato que informasse a estrutura destes órgãos. Da mesma forma, o decreto de 28 de janeiro de 1830 estabeleceu gratificação para um oficial-maior e oito oficiais da Secretaria de Justiça. O primeiro ato que define a composição da secretaria é a decisão n. 77, de 15 março de 1830, que utilizamos para preencher o campo “Estrutura” desta planilha.

3. Embora a decisão n. 77, de 15 de março de 1830, determinasse a divisão da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça em classes, o relatório ministerial do ano de 1833 informa que seus trabalhos eram, até então, “indistintamente distribuídos pelo oficial-maior aos [oficiais] que se apresentam”. Esta decisão não menciona qualquer alteração no quadro de funcionários da secretaria. A observação sobre a distribuição dos trabalhos pode ser encontrada ainda no relatório ministerial de 1834.

4. Segundo a decisão n. 77, de 1830, era da privativa competência do oficial-maior o ramo da segurança pública, bem como dirigir e fiscalizar o trabalho de cada classe que compõe a estrutura da secretaria.

5. A lei de 4 de dezembro de 1830 extinguiu a Chancelaria-Mor do Império e a Superintendência dos Novos Direitos, definindo que o ministro e secretário de Estado da Justiça seria o chanceler do Império.

6. Segundo o decreto de 29 de outubro de 1831, deveria haver em cada secretaria de Estado dois oficiais nomeados para os cargos de tesoureiro e escrivão, respectivamente.

7. O relatório ministerial da Justiça de 1832 informa que os quatro correios a cavalo, designados para o expediente de cada secretaria de Estado pelo decreto de 28 de fevereiro de 1825, foram reduzidos a dois pela lei de orçamento de 24 de outubro de 1832. Esta decisão seria revista pela lei n. 58, de 8 de outubro de 1833, que restabeleceria os quatro correios.